

Desindexação depende do ajuste

AINDA NÃO HÁ POSIÇÃO FECHADA NA EQUIPE. RITMO DE IMPLANTAÇÃO FICA SUBORDINADO ÀS NEGOCIAÇÕES COM O CONGRESSO.

BEATRIZ ABREU
E ODAIL FIGUEIREDO

A desindexação da economia seguirá um ritmo mais gradual ou mais veloz dependendo do ajuste fiscal que o governo conseguirá negociar com o Congresso. Por enquanto, a avaliação ainda não está fechada e há muitas questões pendentes para que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, bata o martelo e encaminhe a proposta de desindexação ao presidente Fernando Henrique Cardoso.

A questão é delicada e todas as alternativas são consideradas, inclusive a de que talvez seja ainda necessário esperar um pouco mais para que a economia fique totalmente desindexada. "Sem termos claro qual a perspectiva de ajuste fiscal fica difícil se pensar em uma desindexação total da economia agora", pondera um integrante da equipe.

O ministro da Fazenda defende a tese de que não é possível impor nenhum risco à condução do Plano Real. Seus assessores lembram que, neste momento, é necessário conhecer com qual cenário para o ajuste fiscal se trabalha. "Pode-se trabalhar com uma perspectiva de ajuste para este ano ainda ou para meados do ano que vem", comen-

tam. "Assim, a velocidade do ajuste irá ditar a velocidade da desindexação", acrescentam.

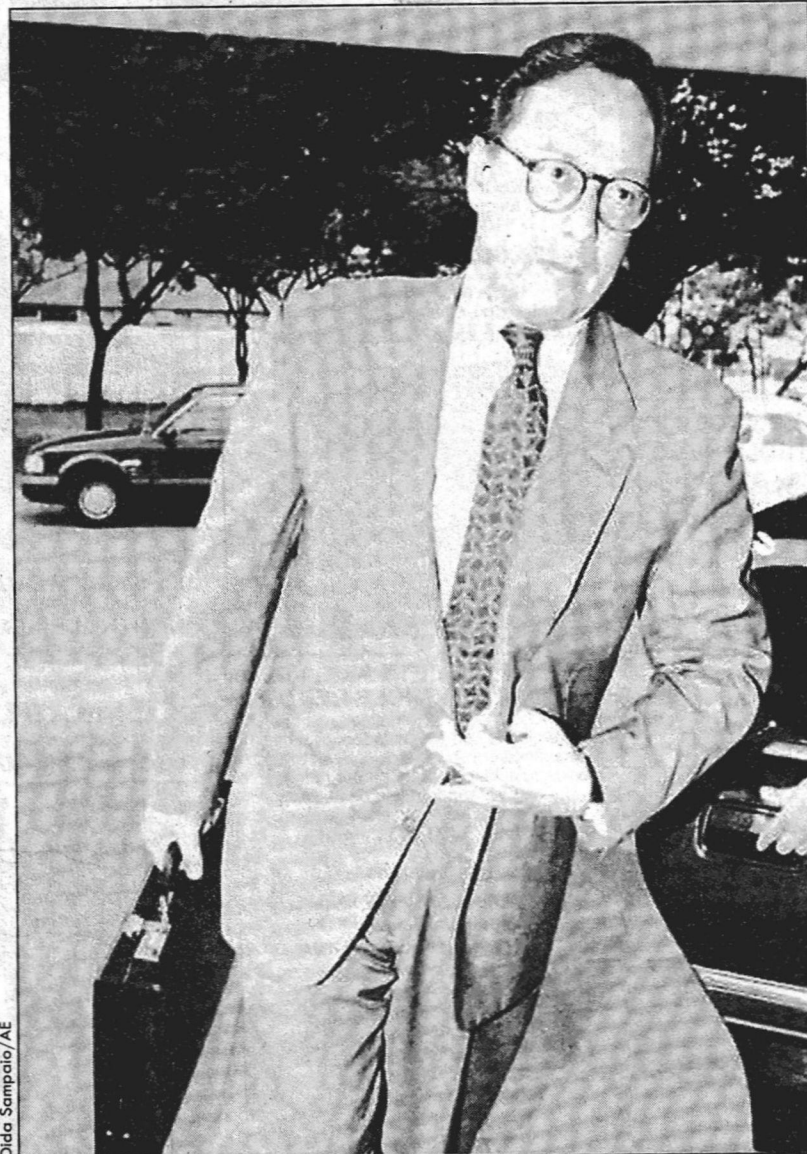
O raciocínio é simples: Malan teme a volta do círculo vicioso que o País viveu nos últimos anos. Ou seja, não fazia o ajuste necessário, desindexava a economia e rapidamente a inflação voltava quando o mercado percebia que o governo, novamente, recorria ao mercado para financiar seus gastos.

A posição de Malan tem prevalecido nas reuniões, embora não se confirme no ministério que existam divergências de opinião dentro da equipe. Segundo os assessores, as discussões estão na fase em que todas as propostas estão sendo

consideradas. Ainda não há posição comum em relação a salários e nem tampouco a equipe sabe o que fazer com a TR, devido às implicações que o fim dessa taxa trará para o rendimento da poupança.

O secretário de Política Econômica, José Roberto Mendonça de Barros, confirma que várias hipóteses estão sendo consideradas. Na reunião de sábado passado no Rio a discussão foi limitada à questão salarial. Uma das propostas em estudo envolve a livre negociação, com proteção apenas para os salários mais baixos.

**Pedro Malan
defende a tese
de que não é
possível impor
nenhum risco à
condução do Real**



Dida Sampato/AE

Ministro Pedro Malan chegando ao Ministério da Fazenda